

E S
C U L
T O R
C I
D A D ã O
C I
D A D ã O
E S
C U L
T O R



7

INTRODUÇÃO

Sérgio Vicente

17

**A ARTE PÚBLICA COM
E PARA AS PESSOAS**

Ana Isabel Ribeiro

25

**UM EXERCÍCIO
DE REFLEXÃO SOBRE
O MONUMENTO EM
DISCURSO DIRETO**

Filipa Ramalhete e Maria Assunção Gato

41

**QUANDO OS CIDADÃOS
SÃO ESCULTORES**

Sérgio Vicente

119

**'MONUMENTO À
MULTICULTURALIDADE'**

Rogério Taveira

123

NOTAS BIOGRÁFICAS

127

UMA NARRATIVA VISUAL

Mário Rainha Campos

ESCULTOR CIDADÃO – CIDADÃO ESCULTOR
UM MONUMENTO À MULTICULTURALIDADE EM ALMADA

**UM EXERCÍCIO
DE REFLEXÃO SOBRE
O MONUMENTO EM
DISCURSO DIRECTO**

**FILIPA RAMALHETE &
MARIA ASSUNÇÃO GATO**

PREÂMBULOS DE UM PROCESSO CRIATIVO

Quando, há cinco anos atrás, o escultor Sérgio Vicente nos desafiou, enquanto antropólogas, para integrar um projeto de produção de arte pública participada, a aceitação foi imediata. A par de uma experiência inovadora nesta área em Portugal perspectivava-se também um processo de aproximação e maior conhecimento, quer sobre o território onde se ia intervir – com características sociais e urbanas marcadas por um historial e um imaginário de exclusão – quer sobre a população nele existente, convocada neste processo a ser a grande protagonista da intervenção artística pretendida.

O objetivo material deste projeto era a produção de uma peça escultórica destinada ao Parque Urbano, no Centro Cívico de Caparica, que fosse evocativa da multiculturalidade que caracteriza a população existente naquele território. Contudo, o verdadeiro desafio era envolver a população visada em todo o processo criativo, de forma a conseguir que ela fosse não só um elemento-chave de co-produção de conhecimento sobre o próprio território, mas também de participação na co-criação da escultura e na discussão do conceito que lhe servia de mote.

Para levar a cabo tal tarefa socorremo-nos sobretudo do nosso trabalho de investigação ligado às representações espaciais e sua relação com a construção de identidades locais, das experiências em contextos de elaboração de planos de ordenamento do território, bem como de referências bibliográficas relacionadas com metodologias participativas¹, com especial destaque para as experiências de Barcelona no âmbito da arte pública (Remesar e Vidal, 2003; Aguilera, 2004; Remesar, 2005; Águas, 2012).

Desta forma, a proposta de trabalho apresentada centrou-se no pressuposto de que tanto a participação cidadã como o diálogo intracomunitário e entre instituições constituíram uma premissa essencial na construção da peça escultórica. Para tal, e sob a orientação da equipa de trabalho, iniciou-se uma reflexão conjunta sobre o Monte de Caparica, nomeadamente sobre a área envolvente à intervenção artística (parque urbano e bairros vizinhos), de modo a conhecer as opiniões, vivências, memórias e expectativas coletivas dos participantes em relação à área de intervenção.

Com base nesta reflexão inicial foi sendo construída uma metodologia de aprofundamento de conceitos e

⁰⁰¹ Muitas destas metodologias participativas foram desenvolvidas a partir dos anos noventa do século passado no espírito da Agenda 21 Local e, relativamente ao contexto da arte pública, foram desenvolvidas várias experiências em Barcelona e tomadas aqui como referência

ideias ao longo de várias sessões de trabalho, que resultaram na materialização de várias propostas evocativas da multiculturalidade experienciada naquele território. Tanto a variedade de propostas apresentadas, como a riqueza da "memória descritiva" que os protagonistas juntavam às mesmas acabaram por denunciar a enorme dificuldade em encerrar dentro de um conceito tão amplo como o de multiculturalidade tudo aquilo que pertence ao domínio das vivências, memórias, identidades, leituras e expectativas das pessoas que participaram neste processo de co-conhecimento e co-produção artística. Em resultado disso, aquilo que se designou como "monumento à multiculturalidade" desdobrou-se em três peças escultóricas implantadas no Parque Urbano do Fróis e que, em certa medida, sintetizam as restantes propostas feitas.

Reconhecendo o território visado como o principal elo de ligação entre a diversidade cultural existente, tornou-se claro para nós que se deveria partir das perceções e representações espaciais da população, quer enquanto elemento de união e diálogo comunitário em torno de memórias coletivas, quer enquanto referencial de expectativas de mudança. Com efeito, através de várias preocupações manifestadas pela população participante neste processo — como é o caso do património, da paisagem ou da segurança — manifestava-se também uma vontade latente de valorizar espacial e socialmente o seu território, procurando torná-lo mais visível e aberto, quer internamente, quer sobretudo para o exterior. Com a oportunidade de realizar o monumento à multiculturalidade, surgia também a possibilidade de recriar e projetar uma nova narrativa espacial e identitária para o Monte de Caparica.

Assumimos igualmente que todo este processo participado de criação seria fundamentalmente artístico. Como tal, as diferentes ferramentas metodológicas usadas ao longo da sua construção seriam de suporte ao mesmo e não o objeto de estudo em si, afastando-nos deliberadamente das premissas tradicionais do trabalho de campo e das investigações antropológicas ou sociológicas mais convencionais. Neste caso, a construção do monumento à multiculturalidade era o propósito final tangível de todo o processo de co-produção artística e de co-conhecimento que foi sendo desenvolvido com a população local. Como tal, ao longo das várias sessões de trabalho, foi-se tornando cada vez mais evidente para nós que a linha que inicialmente separaria a perspetiva académica da experiência empírica se esbatia. Face ao desafio lançado, todos os atores participantes tinham consciência plena do processo que se desenvolvia, prestavam o seu contributo e manifestavam a sua concordância ou discordância, defendendo a sua visão ou até mesmo abdicando dela, em benefício de outras propostas que se tornavam mais consensuais.

De iniciais organizadoras fomo-nos progressivamente tornando em observadoras-participantes, abrindo espaço para que os atores locais e a equipa de escultores interagissem com maior eficácia e entrosamento. Não obstante a prevista quebra de protagonismo de uma componente mais académica ao longo deste processo criativo, houve um conjunto de questões, sobretudo conceptuais, que foram sendo debatidas pela equipa que deu início a este projeto. Algumas delas estavam relacionadas com as premissas de partida e com as incertezas quanto à reação da população visada face ao desafio que lhe era lançado por uma equipa de estranhos. É certo que o objetivo que nos norteava era claro e a aceitação por parte de uma grande maioria de entidades envolvidas acabou por ser imediata. Contudo, não deixou de ser necessária a habitual mediação e conquista da confiança dos principais intervenientes neste processo, a população local.

Mas se, por um lado, foi tranquilizador o entusiasmo com que a ideia foi acolhida pelos intervenientes, por outro não deixámos de questionar o facto de o objetivo final estar delineado *a priori* e numa lógica vertical. Dito por outras palavras, iria ser feito — com o patrocínio da Câmara Municipal de Almada e o apoio da Junta de Freguesia do Monte de Caparica — um monumento alusivo à multiculturalidade de um território já assim definido, devendo esse objeto escultórico desempenhar um papel importante na construção de pertenças territoriais e no reforço das identidades socioculturais das populações locais. Não obstante esta orientação vertical sobre o mote do objeto artístico, os resultados que foram sendo produzidos ao longo de todo o processo permitiram verificar não só o crescente protagonismo dos participantes através da forma como aderiram e se apropriaram desta experiência, como também o fortalecimento de uma identidade de grupo, por via do resgate (ou construção?) de uma memória espacial partilhada.

No fundo, pode dizer-se que sob a designação de “monumento à multiculturalidade” coexistem muitos outros elementos de significação que remetem, sobretudo, para as memórias coletivas e para os referenciais identitários de quem partilhou esta experiência, demonstrando que o resultado final foi muito além do objeto artístico produzido e respetiva designação. Impunha-se agora a necessidade de ter um momento de reflexão sobre este processo, de modo a melhor aferir o resultado final junto de todos os intervenientes e respetivos impactos no território, por um lado e, perceber o contributo que a estratégia metodológica delineada desempenhou no mesmo, por outro. Será esta uma forma mais informada e consciente de desenvolver outras experiências de co-produção de conhecimento, quer no domínio das artes, quer noutros domínios do interesse das populações e respectivos territórios.

Entretanto, subsistem ainda algumas questões que, mais do que perguntas de investigação que necessitavam de ser resolvidas ou testadas, acompanharam todo o processo e continuam a suscitar algum debate em torno deste projeto. Deixamo-las também aqui ainda que de uma forma sintetizada.

UM MONUMENTO À MULTICULTURALIDADE?

A ideia de instalar no Parque Urbano do Monte de Caparica uma peça escultórica alusiva à multiculturalidade partiu, tal como já se referiu atrás, da Câmara Municipal de Almada, com o apoio da Junta de Freguesia de Monte de Caparica. A justificação para tal escolha prendia-se com a própria situação daquele território, um lugar de mistura e de coexistência entre vários grupos culturais, nem sempre de forma pacífica, por via de diversas circunstâncias históricas, sociais, económicas e urbanísticas. Não obstante a verificação *in loco* desta realidade, a questão que esta designação de “multiculturalidade” nos suscitava não era tanto o conceito em si, mas mais os motivos que levavam o poder autárquico a patrocinar uma obra de arte pública com tal designação. O facto de reconhecer um território como multicultural implicaria preocupações com a coexistência de diversas culturas ou a integração



das mesmas? Revelaria uma perspetiva integradora ou cumulativa? Pretenderia reconhecer as diferenças ou elidi-las?

No fundo, e apesar de nunca termos confrontado diretamente o poder local com estas questões, as respostas revelar-se-iam bem mais pragmáticas do que a nossa “deformação académica” faria prever. O objetivo era sobretudo “celebrar” a diversidade cultural existente naquele território, através de uma marca espacial e artística visível para todos. Entretanto, a forma escolhida para atingir esse propósito é que faria toda a diferença, quer em termos da criação artística produzida, quer sobretudo em termos da ampliação do objetivo inicial, tal como se demonstrará mais à frente.

Ao nível conceptual, a interculturalidade pode ser definida como “mecanismo” que, numa perspetiva de troca e diálogo, combina a aquisição da cultura majoritária com a manutenção e respeito pelas culturas de origem (Malheiros, 2011; Oliveira, 2014). Já a multiculturalidade consiste num termo descritivo que dá conta de uma convivência comum entre diferentes culturas (Hall, 2000), não aludindo a pressupostos de aculturação, nem a estratégias de gestão da diversidade, tal como pressupõe o multiculturalismo (Meer e Modood, 2011; Vertovec e Wessendorf, 2010).

Relativamente ao território multicultural do Monte de Caparica, é sabido que nem sempre a diversidade cultural tem ali convivido de forma pacífica e que a mesma obriga a esforços redobrados em termos de estratégias de gestão por parte do poder local. Contudo, e no que concerne a este projeto de arte pública, não podemos deixar de reconhecer a adequação do conceito escolhido, nem a sua legitimação por parte da população participante neste processo. Com efeito, a proveniência cultural diversificada dos habitantes do Monte de Caparica e o autorreconhecimento do potencial cultural existente nos diversos bairros foi um fio condutor entre as várias sessões de trabalho, nas quais o “monumento” foi também encarado pelos participantes como uma oportunidade de encontro cultural, um espaço que potenciaria um diálogo identificado como necessário face à riqueza da diversidade, mas também à evidente necessidade de uma identificação na diversidade.

UM PROCESSO PARTICIPATIVO, COLABORATIVO OU DE PARTILHA?

002 Este projeto veio contrariar os procedimentos contratuais usados pelo município de Almada em matéria de arte pública existente no seu território. Até então, todas as obras de arte pública existentes no Concelho de Almada surgiram através do processo tradicional de encomenda pública (concurso público, subscrição popular ou encomenda direta).

Uma vez definido o mote do projeto artístico, tornava-se necessária a definição da natureza do respetivo processo de conceção. Tal como referido atrás, foi a natureza desta escolha que, do nosso ponto de vista, determinou aquilo que julgamos ser um exemplo de sucesso em termos de co-produção de arte e conhecimento. Implementando uma lógica co-criativa de base-topo², não só se proporcionava à comunidade local a responsabilidade de produzir uma ação concreta dirigida a si própria e ao seu território, como se

podiam criar bases para a revalorização desse mesmo território, quer através da arte pública, quer através de um maior diálogo e entrosamento sociocultural entre a comunidade.

Assim, por iniciativa do escultor Sérgio Vicente e respetiva equipa, foi proposto à Câmara Municipal de Almada que se desenvolvesse este projeto através de um processo de arte pública participativa, arriscando uma experiência metodológica inédita em Portugal. Como referências relevantes nesta área contava-se com alguns casos de estudo de arte pública participativa desenvolvidos em Barcelona (Remesar e Vidal, 2003; Aguilera, 2004; Ricart, 2009; Águas, 2012) e com experiências de “oficinas de projecto” desenvolvidas igualmente em Barcelona (CRPolis – Centro de Recerca Polis da Universidade de Barcelona). Estes trabalhos desenvolvidos com/para as comunidades exemplificavam a forma como se podiam desenvolver projetos de arte pública a partir da interpretação de metodologias da participação cidadã já experimentadas noutras áreas de conhecimento (Remesar, 2005).



Relativamente a estas metodologias, uma das questões que nos acompanhou sempre foi a da terminologia correta para designar o processo de coprodução artística. Da nossa parte houve alguma dificuldade em entendê-lo sob a designação de processo “participativo”, na medida em que, por muito participadas que tivessem sido as sessões de trabalho³, não se tinha conseguido atingir o que considerávamos ser uma “amostra” representativa e diversificada

⁰⁰³ Estima-se que este processo de co-produção artística tenha envolvido cerca de uma centena de pessoas.

de residentes. Contudo, a publicidade feita ao projeto por diferentes vias de comunicação e os convites dirigidos à população seguindo vários critérios (moradores de várias origens socioculturais, de várias faixas etárias, ligados a várias associações locais e residentes nos vários bairros envolventes) permitiu a implementação de metodologias inspiradas em experiências de planeamento participativo, com a presença de participantes bastante diversificados em termos etários e socioculturais.

Como tal, o processo final resultou, sobretudo, numa experiência de colaboração e partilha entre todas as partes envolvidas, acabando a questão da terminologia por sair relativizada, quer perante a obra artística conseguida — não só as esculturas em si, mas, principalmente o que elas representam e o caminho percorrido até chegar a elas — quer perante o sentimento de participação e satisfação demonstrado pelos participantes relativamente a toda a experiência.

JUSTIÇA ESPACIAL E CAPACITAÇÃO DAS POPULAÇÕES ATRAVÉS DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA?

O facto de o monumento à multiculturalidade ter resultado numa obra coletiva e não “de autor”, não pode deixar de ser entendido como uma forma de participação da comunidade na transformação do seu território através da produção artística. Como tal, este exemplo corresponde a uma forma de capacitação da comunidade, a quem foi dada voz para, através de um processo de criação artística, interpretar o seu território e espelhar nessa interpretação memórias, identidades, expectativas, desejos, frustrações, etc.

Esta questão relativa à capacitação da população por esta via foi igualmente central para nós no âmbito deste projeto e muito discutida em equipa. No fundo, importava perceber que benefícios acrescidos poderia esta experiência trazer à população envolvida. Que mais-valias poderiam daqui resultar para as suas vidas quotidianas e para o seu território? Seria esta uma experiência de participação cidadã pontual ou um incentivo para participações continuadas e mais interventivas? Traria este “monumento” a reposição de alguma justiça a este território?

Pegando precisamente no tema da justiça espacial, importa referir que este “monumento” surgiu num quadro mais alargado de investimento municipal no espaço público de um território que, ao longo de várias décadas foi sendo negligenciado, projetando no exterior uma imagem algo estigmatizada. Neste contexto, a construção do Centro Cívico da Caparica — que integra uma nova biblioteca, piscinas, a nova sede de um clube recreativo local e o parque urbano onde o monumento foi implantado — assumiu não só um valor de investimento económico, mas, sobretudo, um investimento de valor simbólico, quer no território, quer nas respetivas populações. Em certa medida, poder-se-á questionar se este investimento não corresponde à correção de uma herança de injustiça espacial, resultante da falta de investimento público em equipamentos coletivos de apoio à população

CONCLUSÕES - GRUPO CASTANHO

- ASPECTOS NEGATIVOS

- DIFICULDADE DE TRABALHAR EM CONJUNTO COM AS VÁRIAS INSTITUIÇÕES E GRUPOS CULTURAIS
- SEGURANÇA
- TOXICODPENDENCIA & TRAFICO DE DROGAS
- TRANSITO DE PESADOS DE MERCADORIAS
- FALTA DE ACESSOS AO RIO
- PERDA DE MORTAS E DA IDENTIFICAÇÃO COM O LOCAL (...)

- ASPECTOS POSITIVOS

- GRANDE CENTRALIDADE
- BONS VIAS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES
- AR E VENTO (AINDA SE RESPIRA AQUI UM POUCO DE RURALIDADE)
- MUITOS JOVENS E CRIANÇAS A RESOIREM (...)

PROPOSTAS/SUGESTÕES

- CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS PARA OBTEN NOVAS SINERGIAS SOCIAIS
- PREVENIR NO PARQUE, A SUZANTE DA ÁREA QUE ESTÁ A SER INTERVENCIÓNADA A IMPLIMENTAÇÃO DE HORTAS SOCIAIS
- ENVOLVER AS ESCOLAS NO PLANTACÃO DAS ÁRVORES DO PARQUE E NO PROCESSO DE TRABALHO CONDIZENTE AO MONUMENTO A MULTICULTURALIDADE
- APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA SUA VALORIZAÇÃO

(Handwritten signature)

(Handwritten signature)

(Handwritten signature)

(Handwritten text)

Maria Amélia

local. Uma situação de injustiça agravada tendo em conta a dimensão da população jovem ali existente¹.

O conceito de justiça espacial (Lefebvre, 1968 [2012], Fainstein, 2009, 2010; Soja, 2010) tem sido desenvolvido ao longo das últimas décadas por autores que trabalham na área dos estudos urbanos e das ciências sociais. Foi relevante o esforço de Soja (2010) para clarificar o conceito e para tentar que o mesmo não se transformasse num conceito apenas operativo – eventualmente mensurável e monitorizável – insistindo na sua dimensão política. Assim, mais do que medir ou concentrar esforços na avaliação da injustiça de determinado contexto espacial, Soja defende que a mesma deverá ser assumida e trabalhada. Esta será uma forma de alcançar territórios mais justos, quer através do reconhecimento do papel fundamental das populações locais na perceção e resolução dos seus problemas, quer através do apoio às estruturas locais, existentes ou criadas para a resolução de uma injustiça espacial específica.



No exemplo aqui em análise assumia-se que o papel da autarquia seria o de dotar aquela população de estruturas semelhantes às existentes noutros locais do concelho, afirmando e reconhecendo, através de uma produção artística, o valor social, cultural e identitário da mesma, com a aspiração de corrigir injustiças espaciais mais ou menos latentes. Como tal, não só se justificava a presença do conceito de justiça

⁰⁰⁴ De acordo com os Censos de 2011 a percentagem de jovens (entre os 0 e os 19 anos) na freguesia de Capelica é de 27,6%, sendo superior à percentagem do concelho de Almada (24,6%) e à do país (25,6%).

espacial nas premissas iniciais do projeto, como acreditamos que a capacitação cidadã conseguida por via da participação no mesmo — numa lógica de base-topo — pode vir a contribuir para a correção de algumas desigualdades atribuídas a este território — numa lógica de topo-base.

NOTAS (E EMOÇÕES) FINAIS

Chegado o momento de um balanço sobre a nossa participação na co-produção do monumento à multiculturalidade, é justo dizer que ela foi essencialmente relevante para a elaboração da dinâmica de arranque de todo o processo, orientando as sessões dedicadas à discussão das representações do território partilhado pela população participante.

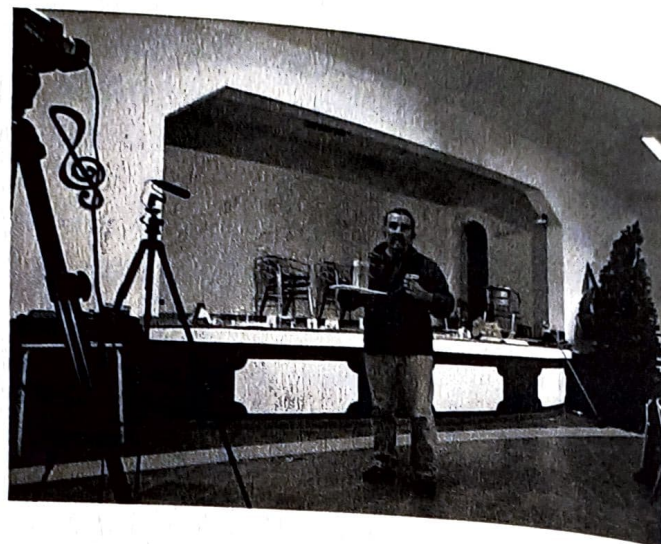
Considerando o resultado final obtido — que do nosso ponto de vista vai muito além das esculturas que compõem o monumento — pode-se dizer que ele decorre, de forma muito clara, de uma mediação e construção de consensos entre várias dezenas de participantes, culminando numa síntese propositiva na qual os participantes se reveem.

Cremos que esta experiência tem potencial de replicação a outros contextos. No entanto, cada processo envolve particularidades que necessitam ser respeitadas, tal como produzem momentos únicos que merecem registo. Neste caso em concreto e, numa reflexão *a posteriori*, damos conta de dois momentos que consideramos importantes para a prossecução dos bons resultados alcançados, em especial por serem reveladores das dinâmicas interpessoais que se criaram entre os participantes.

O primeiro aconteceu na quarta sessão de trabalho, na qual os grupos de participantes construíram e apresentaram uma dezena de maquetes com propostas para o monumento. Quando foram colocadas lado a lado, alguns participantes abdicaram da sua proposta em detrimento de outras que exploravam os mesmos conceitos. Este gesto impressionou não só pela generosidade demonstrada, como também pela coesão e espírito de grupo desenvolvido.

O segundo aconteceu na última sessão de trabalho, quando a equipa de escultores apresentou aos participantes as três propostas finais resultantes do processo. A identificação com as mesmas foi imediata, seguindo-se um participado debate sobre a importância de acrescentar às propostas elementos que permitissem transmitir à restante comunidade o espírito vivido ao longo desta experiência. Foi sugerido, discutido e aceite a introdução de bases em cimento, com cor e palavras-chave. A par de cargas simbólicas associadas, a cor também remetia para a identificação dos bairros envolventes. Quanto às palavras-chave — *estamos, fazemos, sentimos* — davam expressão e força à vontade de assumir um coletivo capaz de construir significados e de concretizar objetivos conjuntos.

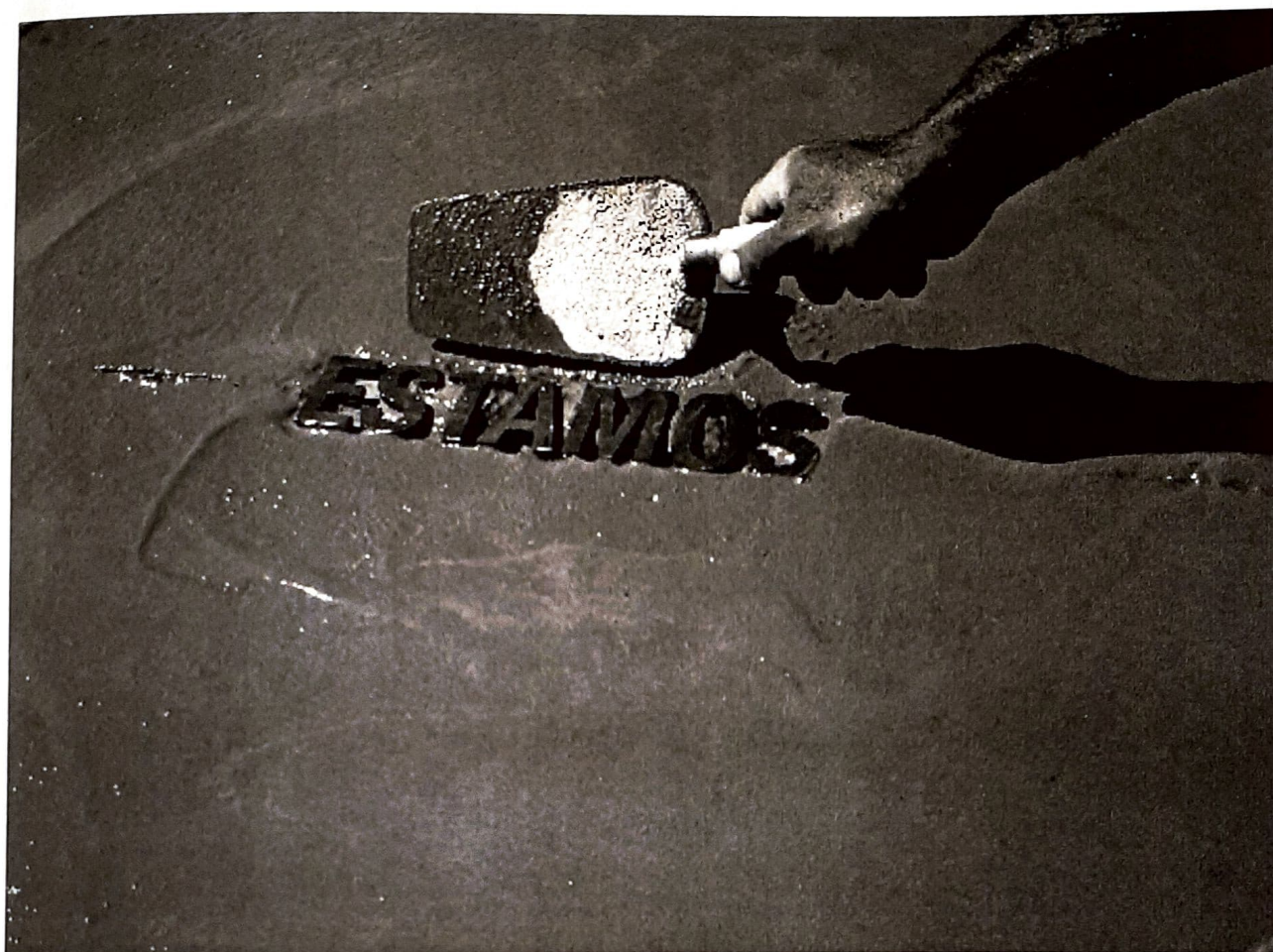
Concluindo, as três peças escultóricas que compõem o monumento à multiculturalidade fazem parte integrante das dinâmicas do parque urbano e, contrariando todos os receios previamente revelados pela população participante na sua produção, até ao momento nenhuma foi alvo de vandalização, o que parece demonstrar uma apropriação e uma boa aceitação por parte dos utentes daquele espaço.



Mais recentemente (Outubro de 2015) instalou-se no mesmo parque urbano o Planisfério da Interculturalidade⁵ e que resulta de um segundo projeto de co-produção artística, que contou com a participação de todas as crianças da freguesia do Monte de Caparica a frequentar os diferentes estabelecimentos de ensino. Embora distinto em termos artísticos, as origens conceptuais e operacionais deste projeto inspiraram-se no monumento à multiculturalidade, demonstrando como a arte, sendo uma dimensão cultural por excelência, tem um papel incontornável nas dinâmicas sociais e espaciais que pode potenciar.

Este é apenas mais um motivo que vem reforçar o nosso desejo de concluir estes projetos com uma fase de avaliação. Sendo certo que a avaliação deste tipo de processos requer a passagem de algum tempo sobre a respetiva implantação no território, seria desejável e útil proceder agora à criação de um sistema de avaliação de resultados, de forma a melhor poder compreender — ou dar a analisar a outros — os aspetos positivos e negativos, as boas práticas utilizadas e as potencialidades desta forma de trabalhar com as comunidades em regime de co-produção.

⁰⁰⁵ O Planisfério da Interculturalidade foi igualmente patrocinado pela Câmara Municipal de Almada, a partir do Serviço Educativo da Casa da Cerca - Centro de Arte Contemporânea. Neste mural coletivo colaboraram cerca de duas mil crianças, que se fizeram representar através de um azulejo com a impressão em baixo relevo de um pequeno objeto pessoal.



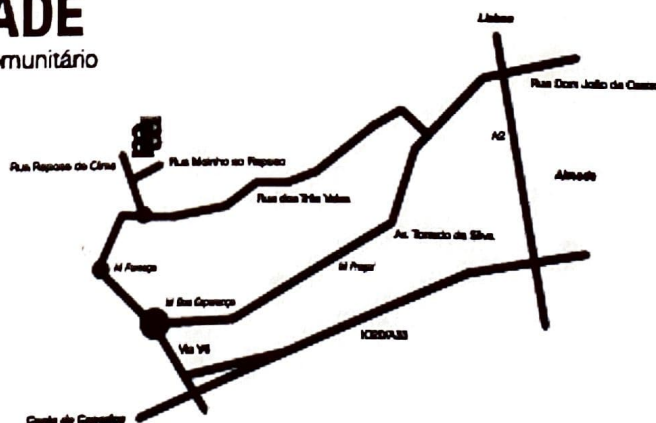
Temos o prazer de o convidar para a inauguração do

MONUMENTO À MULTICULTURALIDADE

um projeto de arte pública com envolvimento comunitário

Este conjunto escultórico que evoca a Multiculturalidade, foi realizado, em todas as suas fases de projeto, em estreita colaboração e envolvimento dos habitantes do lugar e resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal de Almada e a Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa.

A inauguração realiza-se sábado, 27 de abril, pelas 18h00, no Parque Urbano de Caparica, na Rua do Moinho ao Raposo, na Caparica, Almada.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Águas, S. (2012). "Do Design ao Co-Design: uma oportunidade de design participativo na transformação do espaço público". *On the W@terfront*, nº22: 57-70.
- Aguilera, F. G. (2004). "Arte, Ciudadanía y Espacio Público". *On the W@terfront*, nº5: 36-51.
- Fainstein, S. (2010). *The Just City*, Ithaca: Cornell University Press.
- Fainstein, S. (2009). *Spatial Justice and Planning*. *Justice Spatiale | Spatial Justice*. 1. September. Acessível em: <http://www.jssj.org>.
- Hall, Stuart (2003) "A questão multicultural", *Liv Sovik (org.) Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*, Belo Horizonte: editora UFMG.
- Lefebvre, H. (2012). *O Direito à Cidade*. Lisboa: Letra Livre.
- Malheiros, J. M. (2011). *Promoção da Interculturalidade e da Integração de Proximidade*, Lisboa: ACIDI.
- Meer, N.; Modood, T. (2011). "How does Interculturalism Contrast with Multiculturalism?", *Journal of Intercultural Studies*, 1-22, DOI:10.1080/07256868.2011.618266.
- Oliveira, N. (2014). "Interculturalidade ou Interculturalismo? O Terceiro "ismo" das políticas de integração de imigrantes", *Atas do VIII Congresso Português de Sociologia*, Évora: APS.
- Remesar, A. (2005). "Arte Contra el Pueblo: los retos del arte público en el s. XXI", *TXI Public Art Observatory Project*, Cer Polis, Universitat de Barcelona. (https://www.academia.edu/457187/2005.arte_contra_el_pueblo_los_retos_del_arte_p%C3%BAblico_en_el.s.XXI) acedido em Julho 2016.
- Remesar, A.; Vidal, T. (2003). "Metodologías Creativas Para la Participación" – documento de trabajo (doctorado Espacio público y Espacio Urbano: arte y sociedad). Barcelona: Universidad de Barcelona.
- Ricart, N. (2009). *Cartografies de La Mina: Art, Espai Públic, Participació Ciutadana* (PhD thesis). Barcelona: Universitat de Barcelona.
- Soja, E. W. (2010). *Seeking Spatial Justice*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Vertovec, S.; Wessendorf, S. (eds.) (2010). *The Multiculturalism Backlash: European discourses, policies and practices*, London: Routledge.

Edição
Faculdade de Belas-Artes
Universidade de Lisboa
Largo da Academia Nacional
de Belas-Artes, 1249-058 Lisboa
t. +351 213 252 100
www.belasartes.ulisboa.pt

© FBAUL, 2016.
© dos textos e das imagens, os autores.

Coordenação
Sérgio Vicente

Textos
Ana Isabel Ribeiro
Filipa Ramalheite
Maria Assunção Gato
Mário Rainha Campos
Sérgio Vicente
Rogério Taveira

Fotografia
Anabela Luís
Mário Rainha Campos
Sérgio Vicente

Vídeo documental
Rogério Taveira

Design
Leonardo Silva

Impressão e acabamento
Europress Indústria Gráfica

ISBN
978-989-8771-52-0

Tiragem
175 exemplares

Depósito legal
416017/16

Lisboa, outubro 2016

**b
a**
belas-artes
ulisboa


monumento multiculturalidade

ALMADA

CÂMARA MUNICIPAL


CASA DA CERCA
CENTRO DE ARTE CONTEMPORÂNEA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

CEACT
UL
centro de estudos de arquitetura, cidade e território da universidade nova de lisboa